

**HABEAS CORPUS Nº 502.169 - AC (2019/0093772-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE** : **RICARDO DE ALBUQUERQUE DO REGO BARROS NETO**  
**ADVOGADOS** : **ADEILDO NUNES - PE008914**  
                  **VALDIR PERAZZO LEITE - AC002031**  
                  **PLÍNIO LEITE NUNES - PE023668**  
                  **CAROLINE DO REGO BARROS SANTOS - PE032753**  
                  **RICARDO DE ALBUQUERQUE DO REGO BARROS NETO**  
                  **- PE030937**  
                  **CLARISSA DO REGO BARROS NUNES - PE038823**  
**IMPETRADO** : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE**  
**PACIENTE** : **JOSE CARLOS DOS SANTOS LIMA**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em benefício de **José Carlos dos Santos Lima**, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Acre (Apelação criminal n. 00282375720118010001) - fl. 175:

PENAL. PROCESSO PENAL APELAÇÃO CRIMINAL. DECISÃO PROFERIDA EM RECURSO ESPECIAL. ATIPICIDADE DA CONDUTA. IMPOSSIBILIDADE. CONDUTA TÍPICA. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA CONSUNÇÃO. INVIABILIDADE. CRIMES DE ESPÉCIES DIFERENTES. NÃO PROVIMENTO DO APELO.

1. O argumento de que a vítima deve ser uma pessoa "ingênua", para que o crime de tráfico de influência se concretize, não possui qualquer fundamento legal, doutrinário, ou jurisprudencial, em razão da clareza do disposto no art. 332, do CP, bastando que agente solicite, exija, cobre ou obtenha, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função.

2. Os crimes de corrupção ativa e tráfico de influência são de espécies distintas, previstos em tipos penais diversos, não havendo que se falar em aplicação do princípio da consunção.

3. Apelo conhecido e desprovido.

Verifica-se dos autos que o paciente foi condenado, como incurso nos arts. 332, *caput* e parágrafo único, 333, *caput* e parágrafo único, c/c o art. 71, na forma do art. 69, todos do Código Penal, às penas de 9 anos, 5 meses e 10 dias de reclusão, no regime inicial fechado, além do pagamento de 46 dias-multa.

Negado provimento ao recurso de apelação, foi determinada a imediata expedição do mandado de prisão (fl. 185).

O impetrante alega que a determinação de prisão antes do esgotamento das vias recursais originárias configura manifesto constrangimento ilegal.

Requer a concessão da ordem, inclusive com extensão à corré, para que possam aguardar em liberdade o esgotamento das instâncias ordinárias.

É o relatório.

Na linha da atual orientação do Supremo Tribunal Federal, adotada também por esta Corte Superior, é necessário assegurar ao acusado que a execução provisória da pena somente poderá acontecer após o esgotamento das vias ordinárias, o que, na espécie, ainda não ocorreu com relação ao ora paciente, tendo em vista a possibilidade de serem opostos os embargos de declaração.

Já com relação à corré Maria do Socorro da Silva Albuquerque, bem observou o acórdão impugnado que o seu recurso especial já foi desprovido no Superior Tribunal de Justiça (fl. 185).

Pelo exposto, concedo a ordem para garantir a liberdade do paciente **José Carlos dos Santos Lima** até o esgotamento das vias ordinárias, salvo prisão por outro motivo.

Comunique-se.

Intime-se o Ministério Público estadual.

Publique-se.

Brasília, 03 de abril de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator